



Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Excelência Reverendíssima, Autoridades Cíveis e Militares e Académicas;

Senhores Vereadores da Câmara Municipal;

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia;

Senhores Membros da Assembleia Municipal;

Convidados, Comunicação Social.

Comemoramos 38 anos da revolução do 25 de Abril, que restituiu a liberdade cívica e política aos portugueses, abrindo uma nova página da história do País, na qual se inscreveu a esperança de mais igualdade, maior coesão territorial e de um futuro melhor para todos.

É necessário repetir que durante este período de quase quatro décadas, muitas foram as transformações concretizadas, a maioria de natureza estrutural que servem a atual e as próximas gerações, como seja a consolidação do regime democrático e das suas instituições, a evolução das infraestruturas nas áreas da saúde, do ensino, do ambiente e transportes e a qualificação urbana das vilas e cidades.

Apesar das grandes transformações para melhor, nem todas as políticas foram acertadas, encontramos altos e



baixos, sinais de debilidades estruturais no plano da coesão, que tem a ver com as desigualdades sociais e territoriais, com a fragilidade da economia e das finanças do país, debilidades que nos conduziram á presente situação de crise profunda, de elevados sacrifícios imediatos e encargos futuros de dimensão imprevisível tanto para os mais jovens como para os mais idosos.

O país nos últimos anos concentrou-se excessivamente nos serviços, abandonou a agricultura, as pescas, desarticulou, não modernizou e não internacionalizou o suficiente a indústria, ficou com menos ativos e mais dependente de compras ao exterior, não se desenvolveu de forma sustentada. O modelo de desenvolvimento acentuou as fragilidades no plano do ordenamento do território e o país empobreceu. Dois terços do território estão com um grave problema de despovoamento, enquanto no litoral, se concentram quatro quintos da economia e três quartos da população.

O País enfrenta desde há alguns anos problemas estruturais na administração pública, na justiça, na economia, problemas que se agravaram com a crise económica e financeira, e com a recessão económica, problemas que têm que ser resolvidos com visão de futuro, com o empenho das principais forças políticas e com sentido de equidade e de justiça.



Há pouco mais de um ano o país decidiu, para evitar a situação de bancarrota, recorrer a ajuda externa e sujeitar-se a um programa de ajustamento, que está a mudar a vida de quase todos os portugueses a um ritmo vertiginoso, envolvendo a redução do rendimento das famílias; dos apoios sociais; o aumento de custo de bens e serviços essenciais; o desemprego subiu para valores a que não estávamos habituados; a emigração em particular dos jovens mais qualificados disparou. Os portugueses estão mais pobres, perderam cerca de 15 a 20% do rendimento, o estilo de vida das pessoas, a atividade em geral, ajustam-se às possibilidades reais da economia. O interior mais fragilizado sofre com este processo.

Temos neste período tão difícil pós 25 de Abril, de ser capazes de ponderar as dificuldades e as oportunidades, não desvalorizar os problemas e não deixar de destacar o muito de positivo que tem sido construído no país e também no interior. Os censos de 2011, dão-nos conta de que no interior do território do continente se estrutura uma rede de cidades de média dimensão, que resistem ao centralismo, nas quais emergem fatores de coesão, competitividade e inovação, essenciais para ajudar a reverter o processo de despovoamento.

Cito o exemplo de Bragança, que se afirma no contexto de uma nova centralidade no contexto Ibérico,



centralidade em construção pelas novas acessibilidades rodoviárias, aéreas, e ferroviárias, com acesso à alta velocidade na Puebla de Sanabria, e de que destaco os seguintes indicadores: a população na última década cresceu; a taxa de população com licenciatura ou mais é de 4% superior à média nacional; o PIB per capita a partir do ano 2000 superou a média da Zona Norte, atualmente está seis pontos percentuais acima; nas duas últimas décadas ganhou capacidade exportadora representando cerca de 2,5 vezes a totalidade dos restantes concelhos de Trás-os-Montes e Douro.

Os desafios que temos pela frente são enormes, requerem o melhor empenho de todos os que acreditam no futuro e não desistem, enfrentando os problemas imediatos, mas também os de natureza estrutural. O maior esforço tem que ser dirigido para a economia, e para os aspetos sociais, processo que requer elevada cooperação, na qual temos de aplicar mais e maior conhecimento na resolução dos problemas, compreendendo os fenómenos de escala global que se repercutem nas decisões locais, como sejam as grandes megatendências que se desenham à escala mundial: as alterações climáticas; as alterações demográficas; a globalização e a urbanização da população, e assumindo todos o necessário compromisso de as nossas decisões destacarem sempre o interesse comum beneficiando a construção de um futuro melhor para todos.



Não podemos fazer tudo sozinhos, também somos Portugal, do país exigimos alteração urgente das políticas de coesão e de crescimento, um modelo de desenvolvimento, que assegure maior competitividade á economia, maior coesão, maior igualdade entre cidadãos e regiões. As contas públicas e privadas do país tem de ser equilibradas, mas o crescimento da economia e as reformas que é necessário promover são essenciais para promover o emprego, combater a pobreza, promover a justiça e a igualdade, assim como combater as assimetrias, num processo de reequilíbrio da população e da economia no país.

A interioridade é um problema de séculos, de cultura centralista, uma atitude assumida de isolamento do centro para com a periferia, do litoral para com o interior. Temos que continuar a lutar contra o centralismo crescente, para que os problemas da interioridade sejam compreendidos e as decisões políticas produzam efeitos no sentido de reduzirem as situações de injustiça social e económica que afetam as pessoa e a atividade das empresas no interior do país. Devemos insistir na construção de um futuro para o país que sirva e acolha todos como portugueses da mesma Nação e reivindicar medidas de discriminação positiva tais como:

Reposição de incentivos fiscais à interioridade, suficientemente diferenciadores;



Defesa da agricultura e revalorização da terra disponível, enquanto fator de produção. Há muita terra improdutiva e com aptidão agrícola, florestal e para a silvo pastorícia;

Assegurar o desenvolvimento e a sustentabilidade das instituições de ensino superior do interior;

Fortalecer o Poder Local, reforçando as suas competências e alterar a Lei de Finanças Locais, aumentando a autonomia financeira dos municípios do interior;

No âmbito da reforma da Administração Central, garantir a instalação em cidades do interior, de serviços públicos de âmbito nacional, desconcentrando o excesso de emprego público existente em Lisboa;

Dar maior representatividade política ao Interior, hoje sub-representado face ao despovoamento do território, seja pela alteração da Lei eleitoral para a Assembleia da República, no sentido de uma mais equilibrada representação do território em que os eleitores devem escolher os seus representantes tendo por base o mérito, a competência e o prestígio, seja também pela criação de um Senado;

Apoiar o desenvolvimento de entidades de cooperação transfronteiriça e transnacional, alargando a cooperação entre territórios de fronteira a áreas de prestação de



serviços de proximidade e de gestão e ordenamento do território;

- O Estado, exerce a soberania sobre o território como um todo, e tem o dever de olhar para o interior do país como território de interface e de oportunidade com o país vizinho, não como um fardo que de facto não é, e assumindo algumas políticas públicas relevantes conforme as especificidades das sub-regiões, que puxem pela coesão e pela solidariedade.

Para concluir, importa neste momento único de grandes dificuldades no País, que poderá envolver o maior reajustamento da economia nas últimas quatro décadas, unirmos forças para restaurar a confiança num futuro melhor, neste nosso País que inscreve momentos de grande sucesso e afirmação na sua História, e para isso temos que contar uns com os outros, afirmar valores de identidade e cidadania, valorizar a democracia como o regime que melhor serve princípios de justiça, de equidade e solidariedade. Apesar das nuvens muito cinzentas resultantes de uma situação de emergência nacional, importa reafirmar a importância do 25 de Abril como dia da Liberdade e da esperança.

Viva o 25 de ABRIL, Viva Bragança, Viva Portugal.

25 de Abril de 2012

António Jorge Nunes,



Presidente da Câmara Municipal